

Migrações internacionais: Portugal como destino

Jorge Carvalho Arroiteia

Universidade de Aveiro – Aveiro/Portugal

I – Da emigração portuguesa

1 – Enquadramento do fenómeno

A análise da emigração portuguesa registada durante as últimas décadas testemunha as vicissitudes porque tem vindo a passar este fenómeno, realçando, uma vez mais na sua história, a relação destas saídas com o estado de desenvolvimento de Portugal e com a evolução do mercado de mão-de-obra internacional.

Se tivermos em consideração a evolução deste movimento, em particular no decurso do último século, verificamos como ele sofreu alterações muito significativas em relação ao volume e destinos, à evolução e composição, às causas e reflexos sobre a sociedade de origem. De facto, o aumento da emigração portuguesa para a Europa registado durante a segunda metade do século XX foi uma das consequências mais visíveis do processo de crescimento e de desenvolvimento industrial e urbano que ocorreu em países do ocidente europeu no período imediato ao da segunda guerra mundial.

A extensão deste fenómeno praticamente a todos os países europeus próximos da bacia do Mediterrâneo veio pôr em evidência os desequilíbrios internos existentes e, sobretudo, a fragilidade dos meios de subsistência, a deficiente formação dos recursos humanos, a enorme pressão demográfica e o desigual desenvolvimento económico que caracterizava os países mediterrânicos, comparativamente aos países mais industrializados do centro do continente europeu. Este cenário, atestado pela dimensão e antiguidade destes movimentos, tais como o de italianos para o Luxemburgo, sobretudo no século XX, e o de espanhóis e portugueses para França e outros países vizinhos, veio reforçar a oposição entre o Norte e o Sul da Europa e a dependência, sobretudo dos países meridionais, perante os demais países da Europa ocidental.

No que diz respeito à emigração portuguesa, apresenta características e diferenças muito significativas em toda a extensão do território. Verifica-se, no entanto, que as regiões mais afectadas por estes movimentos foram as regiões dotadas de uma ocupação humana mais densa e com uma vida rural dominante, situadas no norte e no centro do país. Quanto à sua composição,

nota-se ter sido constituída, essencialmente, por população jovem, em idade de procriação, que partiu para diversos países da Europa e do continente americano, onde engrossou as comunidades de cidadãos portugueses já aí residentes.

Se atendermos ao que se verificou, sobretudo na Europa, a sua presença foi relevante na construção de uma ‘sociedade multicultural’, que se foi alicerçando com base no seu crescimento económico e social. Daí, que se possa atribuir a esta população um papel de relevo, quer na construção do ‘mosaico cultural’ que hoje identifica o velho continente, quer na construção política e económica da União Europeia, à qual atribuímos um papel de realce na defesa dos princípios humanos fundamentais e no processo de consolidação dos regimes democráticos, mesmo para além da sua área geográfica.

2 - Traços gerais

A análise da evolução recente da emigração portuguesa nas últimas décadas comprova as alterações que se verificaram, sobretudo desde os anos setenta, quando se acentuou a redução deste movimento em direcção aos países da Europa ocidental e do continente norte-americano. Com efeito, se compararmos a evolução deste movimento, tomando como charneira a data do agravamento da crise energética, do início de setenta, verifica-se o seguinte:

- entre 1955 e 1974, mais de 1 milhão de portugueses saíram oficialmente do país, o que corresponde a mais de 82.000 saídas /ano;
- entre 1974 e 1988, somente 230.000 portugueses abandonaram legalmente o país, montante que corresponde a cerca de 15.000 saídas anuais.

Comparativamente ao que se havia registado durante a primeira metade do século XX, podemos assinalar uma variação significativa deste movimento em diferentes épocas, sobretudo nos períodos de maior instabilidade política e económica. Uma vez que tratámos, recentemente, deste assunto (Arroteia, 2007), escusamo-nos, agora, de tecer outras considerações a seu respeito.

Realçamos, no entanto, algumas das suas consequências imediatas. Do ponto de vista demográfico, salientamos as perdas de população por via directa das saídas e, por via indirecta, em resultado dos nascimentos de descendentes dos casais emigrantes, nos seus países de destino. Em

consequência deste movimento, a população portuguesa regista um envelhecimento progressivo, quer devido à redução dos nascimentos, quer ao aumento da população idosa.

Outros reflexos podemos assinalar. Entre eles, o desigual crescimento urbano e industrial, sobretudo na faixa centro e norte litoral do território, e o aumento dos movimentos da população com destino aos principais centros urbanos, agravando, desta forma, o processo de desertificação do interior, que se tem vindo a acentuar no decurso das últimas décadas. No entanto, apesar das transformações sócio-económicas e culturais registadas na sociedade portuguesa, que levaram ao aumento do P.N.B. e a uma melhoria significativa do nível de vida da sua população, tal não bastou para estancar o fenómeno emigratório português que registou, durante o terceiro quartel do século XX, uma das fases de maior expansão com destino quer à Europa quer mesmo ao continente americano.

II – Portugal, do país de partida ao país de chegada

1 – Mosaico e laços culturais

Os dados que anteriormente referimos, relacionados com a emigração portuguesa no seu conjunto e no contexto dos países europeus, realça, a par da antiguidade do fenómeno emigratório, a sua dimensão e expressão recentes. Recorde-se que dada a sua posição, na periferia do continente europeu, Portugal foi afectado desde o movimento das Descobertas pela saída de grande número de habitantes, que inicialmente contribuíram para a colonização do Brasil e de certas praças nas Índias orientais.

Por razões que se prendem não só com a evolução económica dos países além-mar, mas ainda com as necessidades de mão-de-obra sentidas na Europa, os novos destinos da emigração portuguesa, traçados desde os finais do século XIX, alteraram-se no decurso do século XX, conduzindo à redução drástica da emigração transoceânica, em detrimento da emigração intra-europeia. Para tanto terão contribuído a proximidade e as facilidades de transporte, os melhores salários e o nível de vida fomentado por estas saídas em direcção aos países do ocidente europeu. E, tendo em conta as características desta mão-de-obra, fracamente especializada, este movimento alastrou a todas as regiões do país, contribuindo para engrossar os contingentes de emigrantes portugueses que se espalharam pelos mais diversos países da Europa e do resto do mundo.

Importará destacar que aos grandes ciclos da emigração portuguesa correspondem novas formas de relação, que não se esgotam no restabelecimento dos circuitos económicos ou na

entrelaçada entre as diferentes comunidades, mas também no aprofundamento dos laços culturais que as unem. Exemplo concreto desta nova situação, principalmente depois do *boom* emigratório da segunda metade do século XX – coincidente, aliás, com a generalização das preocupações internacionais sobre a democratização do ensino – têm sido as iniciativas de se manter o ensino da língua e da cultura portuguesas à nova geração de emigrantes, através da criação de cursos específicos orientados para esta população. Trata-se de uma actividade inicialmente apoiada pelo Conselho da Europa, a partir dos anos sessenta, quando o fenómeno imigratório, inicialmente mais circunscrito a algumas áreas industriais e urbanas, se alargou praticamente a todas as regiões desenvolvidas do continente europeu.

Hoje em dia, porém, este tipo de preocupações tem vindo a generalizar-se aos diferentes países e sociedades, dando a maior importância ao ensino das línguas estrangeiras, nomeadamente as de origem das comunidades imigrantes, como veículo importante da inserção social destas populações. Assim, justificam-se recentes iniciativas e projectos apoiados no seio da União Europeia, ou mesmo em países terceiros, que tendem a valorizar os fundamentos e a oportunidade do ensino da língua e cultura maternas, como forma privilegiada no combate à exclusão social das populações migrantes. Para além da leccionação dessas matérias, estas iniciativas contribuem para o estabelecimento de novas relações entre a população autóctone e as comunidades de imigrantes, baseadas em actividades escolares e associativas. Dos exemplos conhecidos destacam-se diversas iniciativas baseadas na ‘pedagogia intercultural’, a qual tem procurado dar resposta aos desafios de relação, mobilidade, interdependência e globalização, que vão caracterizando as sociedades actuais.

Como em tempo notou o Conselho da Europa, sendo "*o Interculturalismo uma opção sociológica global*", deverá interessar não só às sociedades de origem ou às sociedades de acolhimento, mas a toda a comunidade, em particular aos pais, às autoridades académicas, às associações culturais e aos professores. Note-se que o desenvolvimento de uma ‘pedagogia activa’ – onde se devem inserir as realizações baseadas na colaboração inter-países, porque implica em simultâneo a população escolar, as sociedades de origem e as sociedades de acolhimento – deve atender, primeiramente, às necessidades específicas da população jovem imigrante.

No seu todo exigem um conjunto de acções articuladas, que devem valorizar o desenvolvimento de experiências pedagógicas para as quais devem ser chamados a colaborar pais e professores, bem como representantes de ambas as nacionalidades.

Parece-nos assim evidente que uma das condições de êxito destas manifestações passa por uma articulação conjunta dos projectos de natureza inter e multicultural, ao nível não só da sua

concepção, mas, também, da sua realização, exploração e avaliação. Assim se justifica uma maior atenção aos projectos de formação inicial e contínua dos professores, sobretudo dos que trabalham mais directamente com as comunidades imigrantes e que têm a responsabilidade da leccionação dos cursos de língua e cultura portuguesas ou já de outras matérias integradas em experiências pedagógicas inovadoras.

São estes alguns dos exemplos que devemos reter quando estudamos os novos fenómenos relacionados com a mobilidade da população migrante, que desde a segunda metade do século passado – inicialmente devido ao fenómeno do turismo, ao processo do crescimento económico do país e aos acontecimentos de natureza política – levaram a que Portugal, de ‘reserva demográfica’ da velha Europa, viesse a transformar-se no ‘porto de acolhimento’ das migrações internacionais. Não já a “*pátria derramada na gare de Austerlitz*”, evocada por Manuel Alegre, mas na “*nesga estreita, debruada de mar*”, de Miguel Torga, facilitadora do ‘sonho europeu’ de tantos subsarianos, sul-americanos e asiáticos, que ao “*cheiro desta pimenta*” (Sá de Miranda), ou seja, da democracia europeia, nos procuram e se acolhem entre nós.

2 – Portugal, país de imigração

Note-se que em virtude da independência dos antigos territórios sob administração portuguesa, registada durante a década de setenta, a situação recente mostra alterações muito significativas registadas no padrão normal das migrações internacionais em Portugal. Assim, e contrariamente ao que já sucedia com outros países parceiros da Europa mediterrânica, Portugal deixou de ser um país de forte emigração para se constituir, recentemente, como um pólo de atracção para novos emigrantes. Tendo em conta os valores oficiais relacionados com a evolução da população de nacionalidade estrangeira, habilitada com o título de residência válido, ou seja, de autorização de residência em Portugal, registamos a existência de duas fases distintas:

- a primeira compreende o início da imigração estrangeira para Portugal, e vai de 1975 a 1984, data em que este montante ascendeu a quase 100.000 habitantes; entre 1984 e 1994, este valor ultrapassou os cem milhares, elevando-se a mais de 150.000, nesta última data;
- a segunda vai desde 1995 à actualidade, em que este valor quase duplicou, passando dos cerca de 150.000 imigrantes a cerca de 276.000, em 2005.

Note-se que, apenas entre 2000 e 2005, o total de estrangeiros com autorização de residência, que habitavam em Portugal, passou de 207.587, em 2000, para 275.906, em 2005.

Por este facto, as referências e os padrões mais comuns das migrações, no contexto nacional, modificaram-se totalmente, realçando a oportunidade e interesse dos estudos relacionados com as populações migrantes, sobretudo se tivermos em conta as suas nacionalidades.

O quadro seguinte dá-nos uma imagem da sua distribuição, em 2000 e em 2005.

Quadro 1 – População estrangeira, por nacionalidades

| | 2000 | 2005 |
|--------------|---------|---------|
| Total | 207.587 | 275.906 |
| Cabo Verde | 47.093 | 56.433 |
| Brasil | 22.202 | 31.546 |
| Angola | 20.416 | 27.697 |
| Guiné-Bissau | 15.941 | 21.258 |
| Reino Unido | 14.096 | 18.966 |
| Espanha | 12.229 | 16.383 |
| Alemanha | 10.385 | 13.571 |
| França | 7.193 | 9.602 |
| S. Tomé | 5.437 | 8.274 |
| EUA | 8.022 | 8.003 |

No que respeita a estrutura etária desta população, em 2005, traduz a juventude destes habitantes, uma vez que mais de ¼ da população estrangeira pertencia aos grupos etários dos 25-29 anos e 30-34 anos, constituindo-se, assim, como uma importante força de trabalho para a economia nacional.

A consolidação deste movimento tem vindo a justificar o fortalecimento das diversas comunidades estrangeiras residentes no continente português, concentradas em torno quer dos principais centros urbanos da área metropolitana de Lisboa, que em 2005 acolhia mais de metade dos cidadãos estrangeiros (51,9%), quer já noutros centros e distritos, tais como Faro e Setúbal, com 13,8% e 11% de cidadãos nestas condições.

Nestes distritos coabitam africanos de diversas nacionalidades (dos quais a maioria é constituída por cabo-verdianos, em declínio desde 2001) e asiáticos, das mais diversas origens e proveniências. Para além destes, um número igualmente significativo de brasileiros e outros completa o leque de cidadãos estrangeiros que desde os finais da década de setenta tem chegado,

cada vez em maior número, ao nosso país. Para além destas comunidades, um número igualmente crescente de cidadãos comunitários tem vindo a fixar residência no continente (sobretudo de ingleses, em idade de reforma), engrossando o caudal de nacionalidades representadas entre os mais de dez milhões de habitantes residentes em Portugal, no início de 2001.

A diversidade de origem não esconde um outro fenómeno, igualmente notório na sociedade portuguesa. É a existência, entre esta população, de emigrantes já regressados e de descendentes seus naturalizados noutros países, de portugueses retornados das antigas colónias de África, de cidadãos africanos oriundos destes novos países e de outros cidadãos, de origem asiática e do leste da Europa que, legal ou clandestinamente, se estabeleceram em Portugal ou aqui aguardam a oportunidade de se deslocarem para outro canto da comunidade europeia.

Estas novas situações decorrem da coexistência de diferentes tipos de estatutos:

- titulares de autorização: 275.906, em 2005;
- prorrogações de permanência, ou seja, indivíduos que exerciam uma actividade profissional em Portugal, mas a quem, pelo facto de residirem no país há mais de cinco anos, se exige uma prorrogação anual: 93.391, em 2005;
- prorrogações de vistos de longa duração, por motivo de estada temporária, de vistos de trabalho e de estudo: num total de 46.637, em 2005.

O montante de estrangeiros que residiam ou permaneciam em Portugal, de forma legal, em 2005, ascendia a 415.934 cidadãos, assim distribuídos:

- nacionais de Cabo Verde: 67.457 indivíduos;
- nacionais do Brasil: 63.654 indivíduos;
- nacionais da Ucrânia: 43.799 indivíduos.

No seu conjunto, esta população:

- era constituída maioritariamente por indivíduos do sexo masculino: 56,8% de homens, e 43,2% de mulheres;
- enquadrava-se, na sua maior parte, na idade activa – 83,1% –, representando a população com idade inferior aos 14 anos, 13,2% e a população de idade superior aos 65 anos, apenas 3,8%.

Mais do que uma inventariação exaustiva destas nacionalidades, convirá assinalar que o reconhecimento e a integração destas comunidades na sociedade portuguesa passa, igualmente – como sucedeu com os portugueses na Europa durante os anos sessenta e setenta – pela aceitação e reconhecimento da sua cultura, das suas raízes históricas e dos traços dominantes das civilizações de origem. Só assim será possível contribuir para um maior entendimento entre as diversas civilizações e culturas, promovendo, em simultâneo, a aproximação entre elas e o desenvolvimento científico, económico e tecnológico, capaz de superar as divergências políticas, sociais e culturais, bem como os fenómenos de exclusão social, que continuam a persistir no velho continente europeu.

Da mesma forma e por via da antiguidade das relações estabelecidas entre este e os outros continentes, só o entendimento e o respeito pelas diversas culturas e civilizações poderá contribuir para o equilíbrio e desenvolvimento das relações entre os países do ‘centro’ e os novos blocos geo-económicos, situados na periferia do velho continente, que hoje se confrontam não só com a fragilidade dos seus recursos, e com uma plethora de cidadãos desejosos de reconhecerem a paz e as vantagens da revolução termonuclear, bem como os seus efeitos sobre as condições de vida e a dignidade do ser humano.

3 – Responsabilidades futuras

Como foi assinalado, a emigração portuguesa é um fenómeno antigo, com múltiplas consequências (económicas, demográficas e sociais) na sociedade portuguesa. Afectando de forma distinta o nosso país, mas com características semelhantes no conjunto deste movimento, tem vindo a alterar o sentido dos fluxos, consoante as perspectivas de emprego registadas nos mercados europeus, e a evolução das políticas sociais e laborais que condicionam, globalmente, a marcha dos fenómenos migratórios.

Note-se que as restrições impostas, há várias décadas, pelos países europeus em relação aos fenómenos migratórios têm vindo a alterar-se com a mobilidade dos cidadãos neste espaço, conduzindo a uma redução gradual das correntes migratórias no seio dos países da União Europeia. Assim podemos justificar a redução da emigração portuguesa nas últimas décadas, aproximadamente para uma dezena de milhar de emigrantes anuais. Contudo, tendo presente essa evolução em épocas mais recuadas, não podemos esquecer a importância dos fenómenos de retorno, nem tão pouco as necessidades específicas de formação e de ensino sentidas pelas

populações jovens imigrantes, quer os oriundos de famílias portuguesas, quer os de outras nacionalidades, em idade escolar ou que aqui se acolhem para prosseguimento de outros estudos.

De igual modo, não podemos esquecer os direitos fundamentais dos trabalhadores e dos seus familiares, sobretudo no contexto dos países comunitários, sendo que as exigências impostas pela circulação no espaço europeu requerem uma verdadeira igualdade de tratamento, não só no respeito as condições de acesso ao trabalho, como na protecção social e familiar desta população.

Tais condições tornam-se mais evidentes se tivermos em conta os desequilíbrios regionais e sectoriais que caracterizam o território e a sociedade portuguesa, bem como a procura de emprego por parte da população jovem e adulta, não satisfeita, muitas vezes, no seu país de origem. Estas, algumas das razões que justificam o interesse da população portuguesa pela emigração para a Europa – hoje considerada como um fenómeno comum, de mobilidade entre os cidadãos europeus –, onde as condições de trabalho e os salários se tornam atractivos face aos praticados em Portugal.

Assim se justificam, também, os pedidos de estatuto de cidadãos residentes, por razões de emprego e de reagrupamento familiar. Por isso, Portugal tem vindo a acolher, de forma crescente e continuada, de há cerca de três décadas a esta parte, um número significativo de imigrantes de diferentes nacionalidades, de refugiados políticos e outros cidadãos, que viajando sozinhos ou com as suas famílias têm vindo a transpor para esta terra lusa o mesmo tipo de questões e de problemas com que os emigrantes se debateram, há mais de meio século, em vários países europeus, hoje parceiros da UE27.

Felicitemos, nesta oportunidade, a investigação conduzida pela equipa liderada pela Professora Maria Helena Ançã, a qual permite um confronto de situações entre povos de diferentes nacionalidades, e o evocar de questões comuns vividas pela população emigrante, de origem portuguesa, bem conhecidas desta distinta investigadora.

Da nossa parte, que temos partilhado de algumas iniciativas relacionadas com a problemática das migrações internacionais, sobretudo em contexto europeu, apraz-nos recordar a necessidade de diferentes medidas relacionadas com as regras de entrada, o direito ao trabalho, a protecção social e, sobretudo, com a escolarização da população mais jovem. Importa salientar que a situação desta população imigrante, nos diversos países europeus, nos deve merecer uma atenção redobrada, não só do ponto de vista demográfico, porque a eles vem a competir assegurar a renovação da população aqui residente, mas, também, pelas mudanças culturais, baseadas na presença de diversas comunidades migrantes, aqui presentes.

Neste sentido, importa seguir com atenção as tendências recentes deste fenómeno, bem como a consolidação desta nova sociedade ‘multicultural’, cada vez mais partilhada com os espaços políticos e culturais que lhe são adjacentes, sobretudo com os países da bacia do Mediterrâneo, e mesmo com os habitantes dos países subsarianos, que aqui se acolhem, seguindo novas rotas, de escravidão civilizacional, impostas pelas condições de exclusão social em que vivem.

Estas, algumas das razões que abonam a favor do interesse do estudo dos fenómenos sociais e culturais que caracterizam a ‘diáspora’ portuguesa no mundo e a diáspora de outras nacionalidades na Europa. Dada a sua antiguidade e características recentes, são sinais de mudança e desafios duradouros que se levantam à construção de uma sociedade mais equitativa, solidária e humana, como o defendem os diversos tratados constituintes da União Europeia e os princípios básicos relacionados com o desenvolvimento e os direitos humanos fundamentais, que têm na velha Europa uma longa tradição e significado.

Estas, em suma, as questões com que pretendemos abrir esta troca de experiências e debate em torno de um problema sobre o qual a Universidade de Aveiro se pode orgulhar de ter sido pioneira através do ensino da língua e da cultura portuguesa à população migrante, de origem portuguesa, consubstanciado nos cursos de Verão ‘**Lusitanis in Diáspora**’, que acompanhámos, com muito orgulho, durante os dez primeiros anos da sua existência.

Porque o passado só importa se servir de alavanca para o futuro, fazemos votos para a continuidade deste projecto, permitindo que a imagem desta jovem instituição universitária continue a sobressair nesta área de investigação, atraindo, se possível, investigadores de outras nacionalidades, tais como brasileiros e cabo-verdianos, já aqui presentes. São estas, em suma, as palavras de saudação, dirigidas a todos os participantes, e o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela equipa de investigadores.

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS]

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983). *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*, Colecção Biblioteca Breve, vol. 79, Lisboa: ICLP.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985). "L'éducation des enfants à l'étranger: problèmes et perspectives", (Raport de Séminaire), Aveiro: Universidade de Aveiro (policopiado).

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985). “O ensino e a emigração”, in LOUREIRO, João Evangelista (coord.) (1985). *O futuro da educação nas novas condições sociais, económicas e tecnológicas*, Aveiro: Universidade de Aveiro, 341-375.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (2007). *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*, Aveiro: Universidade de Aveiro.

ARROTEIA, Jorge Carvalho e DOUDIN, Pierre-André (1998). *Trajectórias sociais e culturais de jovens portuguesas no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*, Aveiro: Universidade de Aveiro.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1977). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa: Arcádia.

LOUREIRO, João Evangelista (coord.) (1985). *O futuro da educação nas novas condições sociais, económicas e tecnológicas*, Aveiro: Universidade de Aveiro.

PORCHER, Louis (1981). *L'éducation des enfants des travailleurs migrants en Europe: l'interculturalisme et la formation des enseignants*, Strasbourg: Conseil de l'Europe – Conseil de la Coopération Culturelle.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1981). “A emigração portuguesa: as políticas do «trajecto de ida» e de «ciclo fechado»”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 1-2, Lisboa: Sá da Costa Editora, 71-90.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995). *Sociologia das migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.

SIMON, Gildas & FINDLAY, Allan (coord.) (1986). *Méditerranée*, Revue Européenne des Migrations Internationales, vol. 2, nº 1, Poitiers.